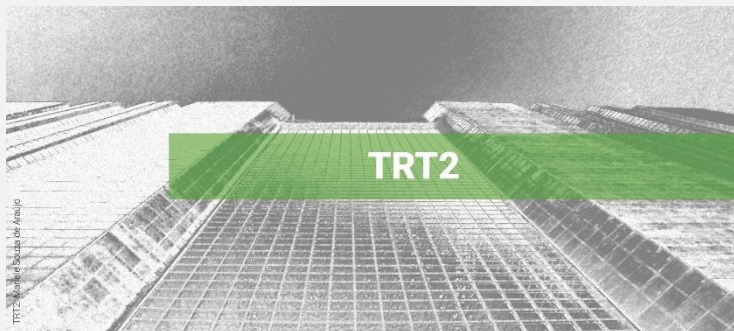


INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana

N. 18

Período: 4 a 8 maio 2026



Ato n. 5/GP.CR, de 28 de abril de 2026

Orienta os magistrados e magistradas das unidades judiciárias do Fórum Trabalhista da Comarca de Guarulhos a informar às partes desassistidas de advogado a respeito do Projeto Igual Direito, em fase piloto naquele Fórum, na forma que especifica.

Portaria n. 23/DGA, de 29 de abril de 2026

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Provimento n. 3/GP.CR, de 4 de maio de 2026

Dispõe sobre o cadastramento, a nomeação e o pagamento de advogadas e de advogados dativos(as) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Ato n. 21/GP, de 5 de maio de 2026

Altera o Ato n. 45/GP, de 25 de setembro de 2018, que disciplina as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicações, a forma e a sistemática de tratamento de solicitações, regulando o acesso e a utilização dos recursos e serviços disponibilizados e dá outras providências.

Portaria n. 7/CR, de 5 de maio de 2026

Indica as Unidades Judiciárias que participarão do Programa “Recuperação de Vara do Trabalho” do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região – 3º Ciclo de Mentoria 2026 e designa os(as) Mentores(as) responsáveis, dentre outras providências.

Ato n. 22/GP, de 6 de maio de 2026

Altera o Ato n. 20/GP, de 12 de abril de 2023, que institui o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, e dá outras providências.

Edital n. 29, de 6 de maio de 2026, de divulgação do resultado definitivo da comissão de heteroidentificação de candidato (sub judice)

Torna público o resultado definitivo da comissão presencial de heteroidentificação de candidato (sub judice).

Emenda Regimental n. 65 [publicada pela Resolução Administrativa n. 2/TP, de 6 de maio de 2026]

Altera o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Emenda Regimental n. 66 [publicada pela Resolução Administrativa n. 3/TP, de 6 de maio de 2026]
Altera o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Órgãos de Interesse

TST

Provimento n. 2/GCGJT, de 6 de maio de 2026

Dispõe sobre o acompanhamento correicional em regime de Correição Permanente Extraordinária no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

CSJT

Ato Conjunto n. 26/TST.CSJT.GP, de 29 de abril de 2026

Altera a composição do Comitê Gestor Nacional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (CGNPJe/JT), instituído pela Resolução n. 185/CSJT, de 24 de março de 2017, que dispõe sobre a padronização do uso, governança, infraestrutura e gestão do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho.

Ato Conjunto n. 28/TST.CSJT.GP, de 30 de abril de 2026

Altera o Ato Conjunto n. 28/TST.CSJT.GP, de 14 de maio de 2025, que instituiu a “Semana Nacional dos Precedentes Trabalhistas” no âmbito da Justiça do Trabalho, incorporando-a ao seu calendário.

Ato Conjunto n. 29/TST.CSJT.GP, de 4 de maio de 2026

Altera o Ato Conjunto n. 3/TST.CSJT, de 1º de março de 2013, que uniformiza o Programa de Assistência Pré-escolar no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

Ato n. 46/CSJT.GP.SG, de 6 de maio de 2026

Institui o Comitê Nacional do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (CNDEJT).

Presidência da República

Portaria Interministerial n. 213/SG.PR.MEC.MDS, de 30 de abril de 2026

Institui a Plataforma Juventude Solidária e dá outras providências.

Congresso Nacional

Emenda Constitucional n. 139, de 5 de maio de 2026

Altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Poder Legislativo

Lei n. 15.398, de 30 de abril de 2026

Institui o Programa Antes que Aconteça.

[Lei n. 15.399, de 4 de maio de 2026](#)

Altera a Lei n. 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre o recebimento dos pedidos de pagamento e da identificação dos beneficiários; estabelece regras de preservação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador; e dá outras providências.

[Lei n. 15.400, de 5 de maio de 2026](#)

Altera a Lei n. 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre a residência médica, a fim de permitir o fracionamento do repouso anual para o médico residente e para outros residentes na área de saúde, nos termos especificados em regulamento.

Conselho Federal de Medicina

[Resolução n. 2.455/CFM, de 26 de fevereiro de 2026](#)

Dispõe sobre as normas técnicas necessárias para avaliação, tratamento e seguimento de pacientes com distúrbios do desenvolvimento sexual.

Poder Executivo

[Medida Provisória n. 1.355, de 4 de maio de 2026](#)

Institui o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias – Novo Desenrola Brasil, dispõe sobre a transferência de recursos ao Fundo de Garantia de Operações, e altera a Lei n. 12.087, de 11 de novembro de 2009, a Lei n. 14.467, de 16 de novembro de 2022, a Lei n. 14.509, de 27 de dezembro de 2022, a Lei n. 13.999, de 18 de maio de 2020, a Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

Ministério da Fazenda

[Portaria Normativa n. 1.243/MF, de 5 de maio de 2026](#)

Regulamenta a Medida Provisória n. 1.355, de 4 de maio de 2026, que institui o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil, para estabelecer condições adicionais às modalidades de crédito pessoal elegíveis, critérios para participação de credores, condições para utilização dos recursos de saque extraordinário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, critérios para operações de crédito reestruturadas, normas operacionais relativas à transferência de recursos ao Fundo Garantidor de Operações - FGO, e regras para alocação no Programa dos recursos do FGO.

CNJ

[Portaria n. 30/CNJ, de 28 de abril de 2026](#)

Institui a equipe responsável pelo Projeto de Normatização da Execução, no âmbito do Programa Nacional de Execução Efetiva, e estabelece suas atribuições.

[Portaria n. 34/CNJ, de 28 de abril de 2026](#)

Institui a equipe responsável pelo Projeto de Reestruturação das Alienações Judiciais, no âmbito do Programa Nacional de Execução Efetiva, e estabelece suas atribuições.

[Resolução n. 679/CNJ, de 4 de maio de 2026](#)

Altera a Resolução n. 354/CNJ, de 19 de novembro de 2020, que dispõe sobre a realização de audiências e sessões por videoconferência e em formato telepresencial, para disciplinar o tratamento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Resolução n. 680/CNJ, de 4 de maio de 2026

Acrescenta o art. 18-A à Resolução n. 135/CNJ, de 13 de julho de 2011, para estabelecer medidas de proteção à dignidade de vítimas e testemunhas nos procedimentos administrativos disciplinares que apurem infrações contra a dignidade sexual ou violência contra a mulher.

Portaria n. 182/CNJ, de 5 de maio de 2026

Atualiza Portarias de colegiados do Conselho Nacional de Justiça.

Provimento n. 223/CNJ, de 6 de maio de 2026

Institui o Programa Nacional de Execução Efetiva, estabelece diretrizes para a modernização da execução judicial e extrajudicial, cria o Laboratório Nacional de Inovação na Execução e dá outras providências.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Instrução Normativa n. 184/GABIN.MGI, de 6 de maio de 2026

Estabelece orientações aos órgãos e às entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec sobre procedimentos operacionais decorrentes de convênios firmados pela União com entidades fechadas de autogestão, destinados à prestação de assistência suplementar à saúde.

Portaria n. 3.887/SGP.MGI, de 6 de maio de 2026

Divulga o valor do menor e maior vencimento básico da Administração Pública Federal, para efeito de pagamento de Auxílio-Natalidade e da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, no âmbito do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec).



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Avenida Paulista, 2064 - 20º andar - Centro

CEP: 01310-200 - São Paulo/SP

Tel: (11) 3150-2314

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal